

ATA Nº. 4

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 28-02-2018
--

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil Santos Grácio, Carlos Alberto Alves da Silva, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula Matos Vieira Cruz. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Rosa Teresa Alexandre Teixeira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, (em substituição de Jaime Ramos), José Miguel Filipe Baptista e Henrique dos Reis Leal.

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse ao membro Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, convocado para substituir o deputado que apresentou suspensão do mandato por período inferior a trinta dias. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções.

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Em princípio temos uma sessão longa, vamos ter alguma objetividade e simplicidade na análise dos processos.

O ponto 8 de ordem do dia tem a ver com a Moção aprovada pela Câmara Municipal, relativa à Estação Ferroviária do Entroncamento, destinava-se apenas a dar conhecimento à Assembleia Municipal, e não para tomarmos qualquer posição. -----

Informo que passamos a receber a Revista das Assembleias Municipais, estando à disposição de todos os membros. -----

Antes de passarmos ao período da antes da ordem do dia, queria propor que assim que estejam presentes todos os membros do Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento que vão tomar posse e para que não estejam muito tempo à espera, se podemos passar à tomada de posse e depois retomaremos os trabalhos.” -----

Não havendo objecção à proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente foi concedida a palavra a **Rosa Teixeira** que procedeu à leitura da seguinte Proposta de Recomendação: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

«Programa Municipal de DAE» -----

«... recomendar a implementação de um programa municipal de Desfibrilhação Automática Externa.» -----

- O CDS-PP Entroncamento vem recomendar ao executivo a aplicação de um plano DAE com os seguintes pressupostos: -----

- O Entroncamento é uma cidade, que se tem afirmado pelo desporto e sobretudo pelo desporto de formação. -----

- O Entroncamento, tem uma quantidade elevada de jovens e não jovens que praticam desporto nas instalações municipais. -----

- Anualmente, mais de 700.000 adultos na Europa morrem de doença cardiovascular, fazendo desta a primeira causa de morte no Ocidente. Pelo menos 40% morrem de morte súbita cardíaca, antes mesmo de chegarem ao hospital. A morte súbita cardíaca atinge pessoas de todas as idades e condições físicas. Muitas destas vidas podem ser salvas se as testemunhas presentes ligarem o número de emergência (112) e iniciarem de imediato o suporte básico de vida (SBV). -----

- O Desfibrilhador Automático Externo (DAE), utilizado em paragens cardiorrespiratórias, tem como função identificar o ritmo cardíaco ou fibrilhação ventricular (FV) presente em 90% das paragens cardíacas. Este equipamento tem a capacidade de efetuar a leitura automática do ritmo cardíaco e as condições cardíacas através de pás adesivas em contacto com o tórax do paciente. -----

- O DAE tem o propósito de ser utilizado por público leigo e não especializado, com a recomendação de que o operador/utilizador faça um curso de Suporte Básico de vida (SBV) em paragem cardíaca. -----

- Os números de praticantes do Entroncamento e o número de utilizadores e espectadores das instalações desportivas do município, não obrigam à implementação do PNDAE (programa Nacional de desfibrilhação automática externa), mas os resultados da utilização dos DAE e da sua eficácia, levam o CDS-PP a recomendar a implementação do programa municipal DAE em articulação com as autoridades de saúde do nosso município. -----

- Se estes equipamentos ajudaram a salvar uma vida que seja, a sua implementação será um sucesso. -----

- A vida dos nossos cidadãos não tem preço, e face aos resultados nacionais e mundiais dos equipamentos DAE, levam o CDS-PP a recomendar a implementação de um programa municipal de Desfibrilhação Automática Externa.» -----

Foi-nos solicitado por alguns cidadãos a transmissão do seguinte: -----

Na AM de 17 de novembro o CDS-PP trouxe uma moção sobre segurança, para que fosse construída uma nova esquadra e para um reforço das forças policiais. -----

Gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal à data de hoje qual o ponto da situação, porque sabemos que o comando da esquadra foi alterado e tem

nos chegado vários relatos de casos de insegurança e assaltos, assim como a criação de uma milícia de populares para fazer justiça pelas próprias mão, sabendo nós que violência gera violência, acreditamos que só com uma forte presença policial esta situação se resolva. -----

Para que não existam situações desagradáveis e se queremos atrair pessoas para a nossa cidade, pedimos que intervenha junto do Ministro da Administração Interna para resolver este problema da nossa cidade. -----

E não nos podemos basear nas estatísticas da criminalidade da nossa cidade, porque estas não transcrevem a verdade, porque muitas das vítimas não apresentam queixa porque são dissuadidas a fazê-lo. -----

Na rua Forno do Grilo em frente à lavandaria e esteticista e na rua Porfírio Rodrigues em frente à farmácia Almeida Gonçalves o estacionamento está desnivelado relativamente à via, e as viaturas ao sair e entrar no estacionamento estão constantemente a bater por baixo. Esta situação deveria ser averiguada para evitar estragos e eventuais pedidos de indemnização. -----

Os moradores das ruas: D. João II, Praceta Frutuoso Mendes, Rua Dr. Luís Gomes e D. João de Castro (zonas perto do estacionamento concessionado e das obras do cineteatro) pediram a organização do estacionamento, que sejam demarcados os lugares de estacionamento nestes locais, para evitar comportamentos abusivos de alguns condutores.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Acho a proposta do CDS-PP oportuna. ----

Fazia uma recomendação à câmara, se enveredar pela compra do equipamento, estejam pelo menos três funcionários da câmara formados para trabalharem com o equipamento.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “A nossa bancada concorda com a aquisição deste equipamento, que é realmente importante. -----

Quanto à formação dos funcionários, é uma questão de certa forma delicada, uma vez que é um leque ainda vasto de funcionários que presta serviço nestes equipamentos desportivos e implicará que todos tenham essa formação, porque não vá acontecer que não esteja presente nenhum daqueles que têm esta formação. -----

Penso que não será nada que não seja exequível e o PS concorda realmente com esta recomendação que é pertinente.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta de Recomendação à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS-PP, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Interveio **António Ferreira**: “Esse contributo que a CDU dá para fazer uma análise correta do que é a Estação do Entroncamento e os problemas que ali existem, devia ser feita no âmbito do ponto 8. -----

Desde já, solicito que não se retire esse ponto e que seja transformada em Moção, porque é extremamente oportuno que isso vá para a frente. -----

De qualquer forma, o nosso contributo é no sentido de fazer uma pequena alteração à Moção que veio da câmara municipal.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Quando me referi a este assunto, era no sentido de o retirar da ordem dos trabalhos, não faz sentido, uma vez que não vinha com o propósito de ser aprovado, apenas para conhecimento.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Sugiro que o ponto não seja retirado. Acho que é oportuno mais uma vez a Assembleia Municipal do Entroncamento fazer uma afirmação e uma posição forte em relação aquilo que se passa na Estação do Entroncamento. -----

Vejo com bons olhos que esse documento se mantenha e seja uma Moção a ser aprovada pela assembleia municipal. -----

É evidente que nós CDU tentaremos acrescentar mais alguma coisa que é fundamental para a Moção.” -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a retirada do ponto número oito da ordem dos trabalhos. -----

VOTAÇÃO PARA RETIRAR O PONTO NÚMERO OITO DA ORDEM DOS TRABALHOS -----

O ponto número oito foi retirado por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. um voto contra da Coligação Democrática Unitária

Referiu **Fátima Roldão**: “Talvez já não seja muito pertinente, mas o que nós queríamos alertar é precisamente ao facto de esta informação da CDU, apesar de ter a sua importância, nos ter chegado apenas hoje, também não haveria qualquer hipótese de analisarmos com a devida atenção e cuidado este assunto.” -----

Pediu a palavra **Susana Vieira**: “A nossa intervenção prende-se com uma questão que entendemos ser de particular importância e que está relacionado com as dificuldades de acesso às acessibilidades da cidade do Entroncamento e que consideramos que foram em muito agravadas com as empreitadas de remodelação em curso. -----

A bancada do PSD acompanha a iniciativa de execução de melhoria do edificado, concretamente as empreitadas de remodelação do Cine-Teatro S. João, bem como do Mercado Municipal, para que a população do Entroncamento e demais cidadãos possam desfrutar do espaço cultural aprazível, satisfatório das necessidades culturais, bem como do Mercado Municipal salubre e adequado. -----

Sucede que o executivo decidiu avançar com a execução destas empreitadas de remodelação em simultâneo, tendo em consideração que os edifícios se encontram a poucos metros de distância um do outro, negligenciando as acessibilidades à zona comercial da cidade com cortes de ruas fulcrais para aceder designadamente à rua Luís Falcão de Sommer e rua D. Nuno Álvares Pereira. -----

As dificuldades de acessibilidade da cidade cuja má sinalização é conhecida, bem como a irregular rede viária, foi indubitavelmente agravada e acentuada com os cortes das ruas resultantes das obras de remodelação em causa e por não terem sido acompanhadas da sinalização adequada. -----

E aqui senhor Presidente, no que respeita ao conflito com as acessibilidades e a mobilidade na cidade do Entroncamento, cumpre ao município assegurar a harmoniosa conciliação entre a melhoria do edificado e bem como as obras de remodelação em curso, mas também o direito à circulação de pessoas e o direito dos titulares das atividades comerciais, bem como dos prestadores de serviços de prosseguirem a sua regular atividade sem sofrerem o que estão a sofrer, basta circular nas ruas desta cidade e ouvir as queixas dos comerciantes e lojistas que estão a sofrer, essencialmente desde o início destas obras, um sério prejuízo não só porque, de dia para dia sentem uma diminuição da clientela, porque as pessoas não têm como aceder a estes espaços por natureza comerciais, nós queremos que continuem a ser a zona comercial do Entroncamento, e, portanto, reflete-se depois num prejuízo económico ou financeiro. -----

O executivo tem a obrigação de implementar medidas alternativas de trânsito, com uma sinalização adequada que permita não só a acessibilidade e a mobilidade, o

acesso às zonas afetadas pelas obras em curso, como a colocação de sinalização elucidativa e formativa que é inexistente presentemente nos mais pontos da cidade, a informar quais as ruas que estão cortadas, os desvios e as ruas alternativas para que os cidadãos que circulam nas ruas da cidade possam aceder ao nosso comércio e aos nossos serviços. -----

Os comerciantes queixam-se que estes meses de janeiro e fevereiro foram terríveis no que diz respeito a vendas e tem tendência a piorar.” -----

António Ferreira referiu: “É inaceitável que venha um ponto na ordem dos trabalhos que seja retirado desta forma sem nos ter sido informado previamente que isso tinha sido um erro, foi preciso chegar aqui para a retirada desse ponto. -----

O documento que apresentamos é um documento de reflexão, não é um documento para nós votarmos aqui, é um documento de contributo da CDU, feito por técnicos da ferrovia no sentido de identificação dos problemas que existem na Estação do Entroncamento. -----

O Entroncamento é uma cidade recente, é uma cidade das mais concentradas do país, é uma cidade das mais pequenas do país e é um concelho que não conseguiu resolver os problemas de saneamento básico. -----

Todos nós sabemos que existem áreas no Entroncamento que não têm saneamento básico neste momento o que são um impedimento à qualidade de vida das pessoas e ao desenvolvimento do concelho, nomeadamente a rua Engenheiro Ferreira Mesquita, a zona industrial que não tem o saneamento devido para uma zona industrial, e o Bairro Camões que não tem saneamento. -----

Trago-vos aqui uma situação que é incrível do ponto de vista daquilo que devia ser um outro Entroncamento e que não é. O Bairro Miranda que fica nas traseiras da rua Mário Costa, do número 17 até ao fim da rua, o saneamento que aí está feito é um saneamento provisório que quando chove a água entra para dentro da casa das pessoas, as águas pluviais e as águas de saneamento básico encontram-se na mesma canalização. -----

Foi solicitado na última sessão que nos fosse entregue as contas do Museu Nacional Ferroviário, tal não aconteceu, faço mais uma vez o apelo a que isso seja feito para nós termos conhecimento qual é a realidade concreta dessa instituição. -----

Sobre a sinalização vertical no Entroncamento, está numa situação extremamente degradada. -----

Anos a fio não foi substituída e não é mantida nas devidas condições, nalgumas ruas os sinais estão desbotados, tortos, caídos, o que revela uma falta de investimento e cuidado que é necessário obviar. -----

Acho inadmissível que um órgão, que é um órgão de fiscalização, tenha na sua composição elementos assessores do Presidente da Câmara, embora a lei seja omissa em relação a esta questão, é uma questão moral, ética, por uma razão muito concreta, este órgão é um órgão de fiscalização e não pode estar condicionado a esta situação. -----

Para terminar e em relação à minha posição nesta bancada, fui surpreendido em desafio à oposição que estava ao meu lado e o partido crítico do poder no outro lado. Não faço disto um cavalo de batalha, mas as pessoas têm que ser ouvidas previamente e consultadas. -----

Que me sinto bem aqui, sinto, à esquerda onde devo estar, agora esta não foi uma tradição desta assembleia, esta tradição foi rompida sem perguntar aos outros elementos da assembleia se estavam de acordo ou não.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “Sobre a questão das obras que estão a decorrer, efetivamente todas as obras causam transtornos e estas não serão exceção. -----

Quanto à sinalização, é certo que aquele tipo de sinalização temporária possa melhorar a circulação rodoviária e possa facilitar de alguma forma o transtorno que as obras possam causar, é uma situação provavelmente a rever. -----

De qualquer forma, não me parece que estas obras causem mais ou menos transtornos do que outras obras causaram, nomeadamente se puxarmos da memória e nos lembrarmos das obras do executivo do PSD, da construção da Praça Salgueiro Maia, ou do Largo José Duarte Coelho e não sei o que é que o executivo do PSD fez para minimizar os prejuízos dos lojistas e empresários. -----

Não me parece que a situação do Entroncamento e dos empresários, seja tão dramática como estão a fazer querer.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Relativamente à intervenção do senhor deputado António Ferreira, queria dizer duas coisas: -----

Sobre o documento que apresentou, o facto de o ponto oito não ser votado, não quer dizer que o documento não tenha sido dado a conhecer, todos os deputados receberam o documento, o assunto é importante e pode ser debatido se tivermos tempo de refletir. -----

Sobre a questão dos assessores da câmara, esse ponto foi aqui esclarecido na primeira reunião.” -----

Prosseguiu **António Mascarenhas**: “Em primeiro lugar que dizer que compreendo perfeitamente aquilo que o senhor eleito da CDU referiu relativamente à Estação do Caminho de Ferro e apoio que na próxima sessão de abril haja um ponto específico para discutirmos essa questão. -----

Em relação à explicação que foi dada agora pelo PS, julgo que há uma grande diferença entre a Assembleia da República e a nossa. É que, na Assembleia da República os deputados são eleitos, o Governo não é eleito, o Governo sai da Assembleia da República e, portanto, a Assembleia da República tem nas suas bancadas as bancadas que apoiam o Governo, a Assembleia Municipal é eleita à parte do executivo, a função é completamente diferente, nós na assembleia não temos que apoiar o executivo, temos que o apoiar quando for caso disso. -----

A nossa função é decidir sobre algumas ações como por exemplo o orçamento e fiscalizar a sua execução. -----

A bancada do PS falou como se fosse responder pelo executivo, penso que o executivo tem voz e, portanto, responderá dentro daquilo que lhe é devido responder, à bancada do PS, corresponde exatamente àquilo que corresponde à minha, ou seja, fazer a fiscalização das ações do executivo e, portanto, deve fazê-lo, não se deve substituir.” ----

Continuou **Carlos Silva**: “O PSD quer aqui colocar uma questão que tem a ver com a colocação da nossa bancada na segunda fila, onde estamos neste momento. -----

De 1976 a 2001, com o Partido Socialista na mesa da assembleia municipal, estipulou-se que, e muito bem, que os partidos mais votados ficariam à frente e os partidos menos votados ficariam ou atrás ou ao lado. -----

Tenho conhecimento de causa disso mesmo, porque parte desse período eu assumi o lugar onde o senhor presidente está hoje. -----

De 2001 a 2013, com mesa constituída pelo PSD, manteve-se a tradição e agora, com este PS, com esta mesa, e só à mesa diz respeito decidir estas coisas, já me informaram que iria haver uma alternância, independentemente de perspetivar para o futuro uma alternância ou não, o PSD entende que deve estar na primeira fila, na primeira linha desta assembleia municipal, assim como o PS, é o partido mais votado e, portanto, tem todo o direito de estar na primeira fila, reparte essa primeira fila com os dois presidentes de junta e muito bem, está correto. -----

O PSD como segundo partido mais votado e com a representatividade que lhe foi dada pelo povo, esta é a casa da democracia, o PSD solicita que esta ordem seja alterada é da exclusiva responsabilidade da mesa fazê-lo e que a partir da próxima sessão o PSD de facto assumo o lugar que lhe é de direito.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Estou aqui pela primeira vez, portanto, não tenho histórico. -----

Suponho que, dentro de cada bancada, há alguma articulação e alguma comunicação. -----

Essa questão já foi mais do que uma vez debatida em reunião de comissão permanente e percebeu-se pela maioria dos presentes e suponho que cada um representa a sua bancada, eu assunto a responsabilidade pelas posições que têm, mas essa responsabilidade decorre de uma discussão repetida que foi tida em comissão permanente e da qual se concluiu que é uma tradição que já vem desde 2000 e que é de manter. -----

Já percebemos que os partidos que estão presentes na comissão permanente, todos, exceto o PSD que sistematicamente levanta a questão, todos entenderam que é assim que se faz. -----

Como responsável pelos trabalhos, penso que esse assunto foi à comissão permanente, foi esclarecido, entendeu-se, exceto o PSD, mas todos os restantes partidos entenderam que era assim que está instituída, é uma situação que se mantém, não há razões para alterar, até que nos últimos dois anos trocam de posições.” -----

Pediu a palavra **Carlos Silva**: “Como o senhor acabou de dizer, o assunto foi tratado na comissão permanente e o PSD não concordou com isso. -----

Estamos a ser coerentes e estamos a levantar a questão em plenário. -----

Outra coisa que é importante dizer é que a decisão pode e deve ser tomada pela mesa, não está aqui em causa, ao contrário daquilo que o senhor acabou de dizer, não está aqui em causa uma hierarquia, está aqui em causa uma legitimidade e nós fomos o segundo partido mais votado. -----

Deixo isto à consideração da mesa, porque estamos conscientes de que temos toda a legitimidade para isto.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Gostava que dissesse se a vossa capacidade de participar está diminuída por não estarem à frente.” -----

Retorquiu **Carlos Silva**: “Senhor Presidente posso fazer uma proposta! -----

Seguindo a sua linha de raciocínio, proponho o seguinte: Que todo o bloco do Partido Socialista ocupe a linha detrás e deixe passar o deputado da CDU a deputada do CDS e os deputados do BE para a frente e eles passam todos para trás, está de acordo senhor Presidente? -----

Prosseguiu **Manuel Martins**: “Sou eleito nesta assembleia no segundo mandato e sinceramente nunca presenciei uma atitude tão deselegante por parte de um eleito perante a assembleia e perante o senhor Presidente, com a tida agora pelo senhor eleito Carlos Silva. -----

Gostaria só de referir que o PS está nesta bancada com dois eleitos à frente e com dois presidentes de junta e não nos sentimos mais diminutos por isso, por termos a nossa bancada na fila de trás. -----

Se o PSD se preocupa tanto com a dança das cadeiras, mais do que com os factos políticos, o problema é vosso. -----

Esta questão já foi mais que discutida, mais que votada, foi discutida na comissão permanente e estou a ver que em todas as assembleias vamos ter o mesmo tema trazido aqui para discutir as danças das cadeiras, porque o PSD quer ficar à frente porque se calhar fica melhor na fotografia. “ -----

Neste momento o senhor **António Mascarenhas** interrompeu a intervenção do senhor Manuel Martins, referindo que esta conversa não pode continuar. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Quem dirige os trabalhos sou eu. Penso que é o momento de este assunto ficar arrumado, temos uma longa ordem de trabalhos, não estamos aqui a discutir aquilo que está discutido e esclarecido.” -----

Continuou **Manuel Martins**: “Como já aconteceu em outras assembleias, não neste mandato, mas no anterior, fui novamente interrompido coisa que eu nunca fiz com ninguém e, mais uma vez, um dos eleitos do PSD teve uma atitude extremamente deselegante, tanto para comigo, como pela mesa da assembleia. -----

Já estamos a ver que é essa a forma de atuar, vamos continuar a assistir a isto. –

Este assunto foi debatido, foi esclarecido ao PSD e em anteriores mandatos existiu esta regra de haver um período em que estariam numa posição, e noutro período noutra, aconteceu com o PS quando era oposição e o PSD continua a insistir neste tema.

Quanto à questão levantada pelo PSD que diz que a bancada do PS defende o executivo, a bancada do PS tem opinião, os eleitos do PS têm a sua opinião, essa opinião pode ou não ser coincidente com a posição que o executivo toma, se por acaso for, não vejo qual é o problema. -----

É estranho é acharem que a bancada do PS não pode defender a política que o executivo toma, quando a bancada do PSD provavelmente defenderá o PSD em situações semelhantes e, como é óbvio, é sempre contra qualquer situação que o executivo PS propunha porque por natureza é contra.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Sou autarca desde 1999, inicialmente era vereador e depois passei para a assembleia. -----

Recordo-me desde 1999, aliás, foi nesse mandato que o PS perdeu a maioria absoluta, desde essa altura que o PSD até era à frente e depois passava para trás e nos mandatos anteriores essa tradição manteve-se. -----

Agora a questão é esta: Querem fazer a alteração à tradição, tudo bem, eu só não compreendo porque é que estou deste lado.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, assegurou que, da sua parte, na próxima sessão estará colocado do lado da oposição.” -----

Pediu a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que referiu: “Tomámos boa nota das sugestões que aqui foram produzidas. -----

A questão do desfibrilhador, temos tido preocupação e o mais importante é tentarmos desenvolver meios de formação de suporte à vida o mais generalizado possível, a começar nas escolas do nosso concelho. -----

Eventualmente, também vamos tentar colocar um equipamento nos campos de futebol, já está planeado, ainda não concretizado, mas não é uma situação que tenhamos total segurança nesse processo, mas é um assunto que estamos atentos e agradeço a vossa sugestão. -----

Quanto à intervenção da senhora Susana Cruz, deputada do PSD, já ouvi essa argumentação inclusive no executivo, que havia grande contestação no mercado. -----

Desde o início do planeamento das obras, tenho ido sistematicamente ao mercado e às áreas comerciais afetadas, obviamente que quando há obras desta dimensão, temos concluído ou em curso no nosso concelho cerca de cinco milhões de euros, porque tentámos fazer um bom aproveitamento de fundos comunitários e quando há obras, naturalmente há alguns transtornos. -----

Tendo pena que na sua intervenção não tenha apresentado uma única sugestão concreta em que o executivo dissesse que vai fazer ou não. -----

O CDS apresentou sugestões concretas e agradecemos essas sugestões. -----

Relativamente à questão do deputado da CDU, que é autarca há muitos anos, confesso que demonstra um desconhecimento da nossa realidade que a mim me surpreende e desafio-o quando tiver alguma dúvida, alguma sugestão, alguma apreensão, venha falar connosco, mande as sugestões que nós daremos o seguimento. -----

Vou-lhe dar um exemplo: disse que na primeira reunião pediram os documentos de contas da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, admito que o executivo possa não ter enviado, ou que a assembleia possa não ter solicitado formalmente ao executivo, nem sequer estou a pôr isso em questão, mas uma coisa eu lhe digo, se abrir a página da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, tem lá os relatórios e contas de 2008 a 2016, se tem tanta vontade de conhecer, então fosse ao site que estava lá. -----

Falou na falta de saneamento na rua Ferreira Mesquita, está mal informado; existe saneamento, mas de qualquer modo, devo dizer que o executivo está a planear e se as coisas correm bem, vamos intervir nessa rua para modernizar e substituir as infraestruturas. -----

Quanto à estação ferroviária, se há assunto em que todos nós estamos de acordo é a estação dos caminhos de ferro, ou seja, que o modelo que existe não serve a cidade e as pessoas. -----

O executivo não está parado, tivemos cá um especialista do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para nos habilitar com opiniões técnicas avalizadas. -----

Posso dizer que recentemente descobrimos nos serviços da câmara um projeto da REFER de 2000 em que propunha um túnel, contrariando um argumento técnico que as Infraestruturas de Portugal recentemente fizeram que tecnicamente não era viável a construção de uma passagem inferior. -----

O executivo e os membros da assembleia que têm assento pelo PS, partilharam o mesmo programa político, o mesmo projeto para a cidade, foi isso que nós apresentámos para a cidade, é isso que as pessoas votaram, é obvio que partilhamos um projeto e eu pessoalmente orgulho-me do projeto que temos para a cidade e do trabalho que estamos a fazer.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Como combinámos inicialmente, vamos passar à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento. -----

PONTO NÚMERO UM -----
TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS QUE INTEGRAM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA -----

Após a leitura da ata avulsa e do respetivo juramento por parte dos membros que o integram, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. ----

Passou-se de seguinte ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Mário Rodrigues**: “o meu objetivo de vir aqui será sempre na melhoria das condições de vida dos munícipes da nossa cidade. -----

A minha última intervenção numa assembleia foi em setembro do ano transato, falei que a cultura tinha sido muito pouca e falei no Cineteatro S. João, creio que felizmente esse problema já foi resolvido, o projeto está aprovado o que me congratula.

Quanto à limpeza das ruas sobre as ervas, recordo-me que na altura foi falado de que esse dossier não foi bem gerido, espero que com a proximidade da primavera esse problema não chegue como chegou o ano passado. -----

Relativamente ao ensino superior, ao que li, creio que o executivo desta câmara, terá já assinado um protocolo de forma a que no próximo letivo tenhamos no Entroncamento duas licenciaturas, congratulo-me com isso, é um passo de gigante que é dado. -----

Sobre a passagem aérea na estação ferroviária, creio que o executivo e a assembleia estão de mãos dadas e ainda bem, para a solução do mesmo. -----

Sobre a sinalização vertical e no solo, estou de acordo com o que foi aqui referido e também à sinalização que indica várias direções. -----

Creio que durante este ano de 2018, o contrato que gere o estacionamento na zona A e nos parques de estacionamento, vai terminar o contrato, se não for assim, gostava de ser informado. -----

Queria chamar à atenção muito grande por parte do executivo e a assembleia, no que concerne à EMEF e aos postos de trabalhos, um dos tentáculos deste concelho pelo número de pessoas que emprega. -----

Quanto ao desporto, creio que seria de todo justo, criar-se um Conselho Consultivo para o Desporto e fazer uma certa pressão para que o futebol sénior volte ao Entroncamento, aproveitando as camadas jovens.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** interveio para lamentar algumas intervenções menos adequadas ao debate e prosseguiu, dando continuidade ao período da ordem do dia, apelando a um debate sereno, em que ninguém tenha que levantar o tom de voz. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO DOIS

REVISÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia** fez um historial de todo o processo de revisão do regimento, que decorreu de forma cordial, sensata e tranquila ao longo de várias horas. -----

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS

O ponto número dois “Revisão do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS

PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO ENTRONCAMENTO

Pediu a palavra **Liliana Rodrigues**: “Esta bancada vem saudar o executivo pela iniciativa de adequar o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude à Lei vigente, dando vida a um órgão que pretende trazer os jovens à participação ativa na comunidade e que tem como premissa a discussão sobre todos os assuntos de interesse relacionados com a juventude e o objetivo de conhecer as necessidades, motivações, aspirações e as prioridades dos jovens. -----

Ao contrário dos que aconteceu anteriormente, esperamos um Conselho Municipal de Juventude que funcione em pleno e que consiga garantir a representação dos jovens, afirmando-se como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas da juventude visando a promoção de iniciativas de e para os jovens. -----

Baseando-se num trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica com os vários membros e um planeamento estratégico da intervenção juvenil estimulando a sua participação na vida cívica, cultural e política, permitindo integrar as suas contribuições na definição das políticas municipais de juventude. -----

Sempre obrigatório ouvir este órgão, quer na elaboração do plano de atividades, quer na planificação do orçamento e mesmo não tendo aqui um caráter vinculativo, estes

pareceres vão com certeza incutir nos nossos jovens a percepção de que a sua voz é ouvida antes de tomadas decisões relevantes e acreditamos que isso vai com o tempo captar a atenção de um maior número de jovens. -----

A bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente este projeto, com o desejo que à semelhança de outros órgão consultivos do município, o possamos ver finalmente a funcionar e assim de uma vez por todas, trazer os jovens à definição do futuro da nossa cidade.” -----

Continuou **Fátima Roldão**: “Em relação a este regulamento, também não temos grandes objeções a colocar, uma vez que a maior parte dos conteúdos derivam da Lei. Queríamos apenas referir duas questões: -----

Uma delas diz respeito à composição, onde se diz que faz parte da composição das associações juvenis inscritas no RNAJ, que é o Registo Nacional da Associações Jovens, gostaríamos de aproveitar para perguntar, quantas associações RNAJ existem no nosso concelho. -----

Por outro lado, gostaríamos de chamar à atenção para o artigo 11º onde diz: “*Compete aos conselhos municipais de juventude eleger um representante do Conselho Municipal de Juventude no Conselho Municipal de Educação*”, pedíamos que fosse corrigido, porque está no plural e só existe um conselho municipal de juventude. -----

Também nos congratulamos pelo facto de este conselho voltar a funcionar, esperando que o mesmo funcione efetivamente de uma forma regular com a participação das associações juvenis, o estímulo da parte do município e podermos dar um estímulo acrescido aos nossos jovens, uma vez que somos um dos concelhos mais jovens do nosso distrito. -----

Iremos também votar favoravelmente.” -----

Prosseguiu **Rosa Teixeira**: “Nós CDS-PP também iremos votar favoravelmente, porque, precisamente há dois anos, propusemos a revisão deste regulamento e a respetiva implementação.” -----

Interveio **Liliana Rodrigues**: “Só para responder à senhora Fátima Roldão, que a associação que nós temos inscrita no RNAJ é a Companhia de Teatro Poucaterra.” ----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude do Entroncamento**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE COLOCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM ESPAÇOS DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL -----

Pediu a palavra **Carlos Alfaia**: “A bancada do Partido Socialista congratula-se com a decisão do executivo e por ter sido aprovada por unanimidade esta questão da publicidade. -----

Pensamos que o encaixe financeiro será importante, de qualquer modo e além da publicidade também permite divulgar informação para os munícipes e pode ser uma boa oportunidade para divulgar algumas iniciativas do município, pensamos que é uma boa ideia e vamos votar favoravelmente.” -----

Referiu **António Ferreira**: “A gestão do território é uma das funções que as autarquias têm e é importante que esse território esteja sob o domínio das câmaras municipais, no sentido de oferecer o que de melhor têm às suas populações. -----

O que nós temos aqui é o que revela um fracasso por parte da câmara municipal, aquilo que não tem conseguido gerir, faz uma concessão a privados. -----

Não tenho nada contra conceder a privados dentro do território, mas não estamos de acordo que seja por atacado todo o território, não estamos de acordo que seja por 10 anos renováveis por 5 anos, apesar daquilo que foi dito aqui, do encaixe mais ou menos apetitoso, o encaixe financeiro, mas isso não é tudo. -----

Chamava a atenção para a concessão do serviço em título a acolher publicidade municipal e publicidade comercial, se a publicidade comercial não me gera grande confusão e compreendo até certo ponto, não entendo que a câmara pague a uma entidade privada para depois colocar a sua publicidade, nem aceito de nenhuma forma. -----

Não aceito uma outra questão e é um aspeto de princípios, não aceito o aspeto legal, estas questões têm que ser reguladas na área do regulamento municipal de publicidade e não pode ser feito numa medida avulsa.” -----

Respondeu **Mário Balsa**: “Só duas notas muito breves e até para elucidar o senhor deputado António Ferreira, porque fez um conjunto de extrapolações do que tem à frente que não são possíveis de fazer, talvez por não ter consultado aquilo que foi a documentação levada à câmara e aquilo que foi discutido na reunião de câmara, está um bocadinho equivocado em relação aos dois pontos que referiu. -----

Não se trata de fazer uma concessão por atacado do território todo, aliás, é bem claro na proposta que a câmara vai liderar o processo e, portanto, não é a concessão da cidade toda, nós sabemos que existem modelos e o senhor António Ferreira se calhar está com receio que alguns desses modelos que são utilizados em outras autarquias, que concessionam todo o seu concelho a uma específica entidade seja aplicado aqui, não é esse o objetivo nem de perto nem de longe. -----

O que se trata é que a dinâmica comercial é muito mais forte junto deste género de operador e estão muito mais vocacionados e se eles o puderem explorar e dar uma imagem mais organizada, ficamos todos a ganhar. -----

Quanto à questão da publicidade paga pela autarquia, nós somos os detentores daqueles espaços e, portanto, se alguma entidade quiser pegar e ficar com a concessão da publicidade, a câmara reserva-se mesmo nesses espaços concessionados a ter uma fatia para a sua publicidade.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Apelava que os documentos que vêm à assembleia municipal sejam devidamente constituídos e sejam constituídos com uma coisa que é fundamental, as declarações de cada um dos elementos do executivo aquando a votação, que não vem nos documentos que nos são apresentados, as declarações por escrito. -----

Isto não é invenção minha, refere assim na ata: “*Determinou o Senhor Presidente que fosse desenvolvido um processo com vista à concessão do serviço em título, destinado a acolher publicidade municipal e publicidade comercial com as seguintes características genéricas:*” Aquilo que diz aqui é concessão de serviço público de colocação e exploração de publicidade em espaços do domínio público municipal, eu não disse que era pago. ---

Aquilo que vou afirmar aqui, é que a câmara fica condicionada independentemente se paga ou não, mas é um serviço que é prestado por privados e duvido que o privado preste serviço sem exigir contrapartidas, isso há de ser referido no contrato, que ainda não o vi. -----

Que a câmara vai colocar a sua publicidade nestas áreas de concessão, vai, e vai estar sujeita a essa restrição que é imposta através de contrato ou outra forma. -----

Continuo na minha, isto é uma medida avulsa, uma autorização genérica e a autorização genérica a estas coisas têm que ser feitas num âmbito mais geral que é o regulamento da publicidade, esse é que prevalece.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Concessão de Serviço Público de Colocação e Exploração de Publicidade em Espaços do Domínio Público Municipal**”, foi aprovado

por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL – RESITEJO -----

Pediu a palavra **Pedro Santos**: “Desde 2001 que os autarcas, do Entroncamento, eleitos pelo Bloco de Esquerda se têm vindo a pronunciar sobre a atividade da RESITEJO e particularmente desde 2014 que vêm discutindo e apresentando propostas para ultrapassar a situação em que se encontra a Associação, quer denunciando as irregularidades ambientais detetadas no perímetro de atividade da RESITEJO, bem como no âmbito da sua ação. Sempre que se justificou questionamos as entidades responsáveis pela fiscalização ambiental do campo de ação da associação. A solução agora apresentada é desde há muito defendida pelo Bloco de Esquerda, que tem apoiado as propostas que sugerem que o futuro da RESITEJO passa pela criação de uma empresa intermunicipal. Os resíduos, a água e a luz são sectores que devem fazer parte do serviço público e controlados pela esfera pública. -----

A Resitejo deve ser controlada pelos municípios que dela fazem parte, pois só assim se consegue ter uma gestão profissional, transparente, proteger a saúde pública e o ambiente. -----

É com agrado que vimos que existem várias iniciativas a desenvolver no primeiro quinquénio, das quais salientamos o reforço de contentores e a remodelação de ecocentros, dotando os mesmos com condições de acessibilidade ou público em geral, as campanhas de sensibilização ambiental junto do público, melhorar a produção de composto que irá mais tarde ser utilizado na agricultura, entre outros. -----
Esperamos que todos os objetivos propostos sejam atingidos. Cá estaremos para confirmar.” -----

----- Prosseguiu **António Ferreira**: “A CDU vai votar contra e passo a dizer porquê: **Assunto:** Declaração de voto contra - ponto 05-RESITEJO/Alteração A) minuta do pacto social da empresa intermunicipal delegatária a constituir; B) minuta do contrato de gestão a outorgar entre os municípios e a entidade delegatária; C) estudo de viabilidade económico-financeiro e racionalidade económica - reunião CME de 28 de Fevereiro de 2018. -----

A CDU vem expor o seguinte: -----

A) minuta do pacto social da empresa intermunicipal delegatária a constituir: o articulado apresentado suscita dúvidas, nomeadamente no que diz respeito ao seu objeto. Este artigo (Art.4) está moldado de tal forma que permitirá o corrompimento do seu objeto central específico: gestão, recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos. A CDU não aceita a entrega do sistema em baixa de resíduos domésticos comuns, que abre portas ao fim de políticas tarifárias e ambientais próprias das autarquias. -----
Vê-se com grande preocupação a redação do Art.5, nomeadamente no que diz respeito à participação em agrupamentos complementares de empresas, consórcios e sistemas multimunicipais, porta aberta para a privatização futura. -----
Também a redação conferida ao Art.6.4 não assegura de forma blindada a futura privatização da EIM. Está prevista a possibilidade de aumento de capital que é uma porta aberta para a entrada de empresas privadas. Reservar 51% capital para as autarquias não é sintomático de controlo efetivo por parte dos municípios. -----

Refira-se também que a Assembleia Geral reúne apenas duas vezes por ano, havendo demasiadas possibilidades de delegação de competências no Concelho de Administração o que configura a continuação do atual estilo de administração, sem a intervenção dos municípios. Este ponto retira logo à partida a capacidade de exercício fiscalizador da Assembleia Geral, ou seja, ordinariamente os municípios são excluídos de uma participação regular numa EIM, que muito influenciará a qualidade de vida dos seus territórios e das suas populações. Trata-se de uma regra que, para além do referido, reflete uma atitude ausente de cultura democrática, necessária à transparência de Gestão numa estrutura pública. -----

Já o Art.18 h) retira toda a capacidade aos municípios de assegurar valores razoáveis sem prejuízo para as suas populações, visto ser único fator de análise um estudo económico encomendável. -----

Verifica-se que o poder está concentrado no Conselho de Administração. Há necessidade de alterações que permitam um reforço da presença das câmaras no acompanhamento. Aliado a isto, o diminuto papel reservado à Assembleia Geral faz transparecer a fixação num modelo de gestão muito distante de uma empresa intermunicipal. -----

B) minuta do contrato de gestão a outorgar entre os municípios e a entidade delegatária: este contrato, tal como está especificado do lado dos municípios, trata-se de os mesmos delegarem poderes e competências que têm atualmente sobre o seu território e populações relativos à entrega da recolha em baixa dos resíduos sólidos domésticos, ficando reféns de uma gestão sobre a qual deixam de ter qualquer tipo de poder, sequer de influência. -----

C) estudo de viabilidade económico-financeiro e racionalidade económica: pretende-se justificar a sustentabilidade e autonomia financeira da nova Resitejo, mas, em última análise, serão os municípios e as populações que irão sustentar o seu funcionamento através do contrato de delegação de exploração, onde os municípios delegam e cedem poderes e competências próprias, prestando a nova Resitejo serviços aos próprios municípios, obtendo daí o seu financiamento. Ou seja, os municípios perdem poderes e competências e ainda pagam por isso. O aumento de tarifas está presente e isso significará que ou os municípios pagam a diferença ou as populações terão de pagar mais - o caminho para a privatização irá ser pago por todos nós em nome de uma certa eficácia. -----

Posto isto, e reforçando a defesa do modelo de gestão uma EIM – Empresa Intermunicipal - que possibilita uma maior intervenção das autarquias na gestão e uma fiscalização dos órgãos autárquicos; a defesa do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos comuns em baixa na mão das autarquias, pois só assim é possível uma intervenção maior das autarquias na definição das políticas tarifárias, em cada uma das autarquias, e um maior controlo da qualidade dos serviços por parte dos legítimos representantes das populações, reafirma-se a existência de uma associação com capital exclusivo das autarquias, sem privados e sem outro tipo de entidades associadas, fundações, empresas multimunicipais. É necessário apurar a verdadeira situação financeira e técnica da RESITEJO e a tomada de medidas para a alteração dos estatutos atuais e do modelo de gestão, bem como a criação de condições de trabalho que permitam estabilidade, segurança e direitos aos trabalhadores desta associação. A experiência diz-nos que a presença de privados não tem acrescentado nada de bom ao funcionamento desta associação Resitejo, antes têm sido criados problemas de clareza no processo de gestão. A falta de transparência e os interesses privados não coincidem com o interesse geral público. -----

Neste sentido, o voto do vereador da CDU é contra o ponto 05 da sessão de 28 de fevereiro de 2018, da AM de Entroncamento. -----

Referiu **António Miguel**: “A presente proposta visa dar enquadramento legal à atividade atualmente tutelada pela Resitejo, uma associação de direito privado. O Decreto

Lei nº194/2009 de 20 de agosto refere nomeadamente que “a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos é uma atribuição dos municípios e pode ser por eles prosseguida isoladamente ou através de associações de municípios ou áreas metropolitanas, mediante sistemas intermunicipais.” -----

Perante esta imposição legal, os municípios associados da Resitejo, de entre as várias soluções possíveis, optaram pelo modelo de gestão delegada, com a criação de uma empresa municipal, a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos. Podiam também ter optado pela concessão do serviço ou delegar em empresa constituída em parceria com o Estado. Ou, pura e simplesmente, cada um tratar dessas áreas no seu território. -----

O que estamos aqui hoje a fazer, é a contribuir para dar corpo a este modelo de gestão. Relativamente aos documentos colocados para apreciação e votação, i.e., a minuta do pacto social, a minuta do contrato e os estudos de viabilidade económico-financeira, importa referir que os mesmos se apresentam conforme a legislação aplicável e foram aprovados por unanimidade pelo conjunto dos municípios aderentes, apesar das diferentes cores partidárias da gestão das respetivas autarquias. Quanto ao estudo de viabilidade económico-financeira, o mesmo parece adequado ao fim a que se destina, não apresenta vulnerabilidades e garante face ao cenário macroeconómico atual um tarifário para os municípios bastante favorável em relação ao mercado e com preocupação ambiental a ser assegurada. Releva-se que os investimentos propostos serão financiados por candidatura a cofinanciamento comunitário e através de autofinanciamento sem perspetiva de vir a onerar os municípios. -----

Em suma, as projeções apresentadas são realistas, a Empresa presta bons serviços e tem excelentes condições de operacionalidade, pelo que tem a nossa aprovação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “**Proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal – RESITEJO**” foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Pedi a palavra **Rosa Teixeira**, que solicitou esclarecimento de como irá ser feita a designação dos cargos, se é através da mobilidade interna ou admissão de novos funcionários. -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Uma das práticas que temos seguido, quando se torna necessário, é nomear em regime de substituição e de acordo com aquilo que é a legislação, o ponto seguinte da ordem dos trabalhos é exemplo disso, nomeamos um dirigente em regime de substituição de acordo com a Lei e temos 90 dias para iniciarmos o processo de concurso público para a contratação do dirigente. -----

Normalmente são dirigentes com ligação com vínculo público, porque em termos concursais porque quem não tem vínculo, tem poucas hipóteses de ganhar um concurso desta natureza, mas a Lei não exclui essa possibilidade.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número seis à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “**Proposta de Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Entroncamento**”, foi aprovado por

unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E OBRAS –

Não havendo pedido de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “**Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento e Seleção do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

O ponto número oito da ordem dos trabalhos foi retirado. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM QUIOSQUE NA PRACETA ADJACENTE À RUA CIDADE DE PENAFIEL -----

Interveio **Fernando Maurício**: “A bancada do PS congratula-se com esta medida que se engloba no projeto de requalificação no que respeita à Praceta Adjacente à Rua Cidade de Penafiel e no qual esse projeto contempla para além requalificação urbanística da mesma, a introdução de um pequeno quiosque destinada a cafetaria e similares, venda de jornais e revistas. -----

Esta é uma zona da cidade caracterizada por um elevado índice de população residente, passando a usufruir de um renovado local de convívio dotado das condições adequadas à normal e quotidiana vivência cívica. -----

Nesta zona localiza-se a escola secundária e a população estudantil poderá certamente usufruir desta requalificação nos seus momentos de lazer e descanso. -----

A introdução deste equipamento nesta praceta, contribuirá certamente para dinamizar a zona envolvente, contribuindo para o desenvolvimento da economia local e a possibilidade de se iniciar um pequeno negócio, obviamente com a criação de emprego.

É um esforço na nossa opinião deste município, na dinamização do espaço público, no âmbito da qualidade de vida dos moradores desta zona do concelho, que há muito ansiavam pela sua regeneração e modernização, que a bancada do Partido Socialista acompanha e vai votar favoravelmente.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

O ponto número nove “**Concessão de Espaço Público Municipal, para a Implementação de um Quiosque na Praceta Adjacente Rua Cidade de Penafiel**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

DELIBERAÇÃO SOBRE O RECURSO APRESENTADO PELA BANCADA DO PSD RELATIVAMENTE À DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS -----

Interveio o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “é um assunto que já foi aqui discutido, já foi analisado e refletido em comissão permanente onde se percebeu a leitura que todas as bancadas faziam dessa questão. -----

Foi dada uma resposta formal da parte da mesa devidamente fundamentada, todos receberam a documentação e analisaram-na. -----

Entretanto, chegou um documento dirigido à assembleia e parece-me que é uma questão que está claramente debatida, esclarecida, pelo que, iria colocar à votação a revogação do ato administrativo de eleição dos representantes da assembleia municipal na comissão de proteção de crianças e jovens, como é proposto pelo requerimento dirigido à assembleia municipal.” -----

Pediu a palavra **Antonio Mascarenhas**: “Senhor Presidente, senhoras e senhores, vamos deliberar sobre o recurso de uma reclamação que a Mesa da Assembleia não atendeu relativa a uma deliberação que esta Assembleia foi conduzida cometendo uma ilegalidade, uma irregularidade relativa ao regimento e um erro democrático. -----

Começo por este último. Em democracia a escolha dos representantes dos cidadãos por via eleitoral é fundamental. Foi por essa via que aqui representamos proporcionalmente a população do Entroncamento. Os cidadãos devem ver-se representados pela expressão de cada bancada perante cada situação que é colocada. Também os representantes desta assembleia noutros órgãos devem ser escolhidos de forma a que nesses órgãos, a pluralidade de posições esteja de acordo com a pluralidade da nossa sociedade e que é materializada pela representatividade nesta camara. Ora a forma de eleição dos representantes da Assembleia na CPCJ não conduziu a essa pluralidade já que excluiu o elemento proposto pelo segundo partido desta Assembleia – a forma de eleição que foi utilizada está por isso errada já que qualquer forma eleitoral tem até de acautelar a opinião das minorias quanto mais a eleição do elemento designado pelo segundo partido desta camara. É, por isso um erro democrático e a forma de eleição adotada feriu o princípio da representação proporcional. -----

Quanto á irregularidade para com o disposto no regimento passo a referir: -----

Na Comissão Permanente preparatória, o Presidente referiu que para o efeito da designação cada partido deveria apresentar um elemento. O que correspondia ao modelo seguido na última vez que houve designação de representantes como se atesta pelo extrato da ata correspondente: -----

PONTO NUMERO DOIS -----

DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Foram indicados um elemento de cada força partidária com representação na Assembleia, de que eu vou passar a dar conhecimento e portanto, constitui-se uma única lista para a qual a votação será, sim ou não, e os membros da lista são: -----

Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, indicada pelo Partido Social Democrata; -----

Carina Isabel Moura da Conceição Luis, indicada pelo Partido Socialista; -----

Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, indicada pelo Bloco de Esquerda; -----

Telma Cristina Antunes Jorge, indicada pela Coligação Democrática Unitária. ----

Como se trata de nome de pessoas, a votação será secreta. -----

Após a votação, verificou-se o seguinte resultado: -----

Vinte e dois votos a favor; -----

Um voto em branco. -----

Ora não foi isto que se passou na Assembleia Municipal para designação dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ. -----

Primeiro, o membro do CDS na Assembleia Municipal propôs uma forma de votação que não chegou a ser aprovada; depois o PS propôs nova fórmula de que o PSD discordou e manifestou que o assunto porque insuficientemente pensado deveria ser tratado em próxima sessão, no que não foi ouvido. -----

A bancada do PSD discordou de todas as decisões que foram tomadas. -----

Não houve qualquer **deliberação** do plenário sobre **a forma de designação** uma vez que não foi votada (para ter sido tinha de ser de acordo com o Regimento, *artº 34º nº1 - As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria e nº2 - A votação é nominal, salvo se o regimento estipular ou o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação*) -----

Resolveu a Mesa da Assembleia Municipal, apesar disso, proceder a uma eleição de 4 nomes de uma lista elaborada pela mesa contendo os nomes que as bancadas indicaram. Ora não se tratou de uma designação, mas uma eleição não deliberada pelo plenário, mas sim pela mesa. Foi assim uma decisão contrária ao que determina o regimento, ou seja, uma irregularidade. -----

Houve quem chegasse a perguntar-me porque tínhamos votado se não estávamos de acordo – lembrei a quem o disse que “votar” é nosso dever expresso no regimento pelo que não nos restava senão apresentar a declaração de voto e reclamar que foi o que fizemos. -----

Antes de ser anunciado o resultado da eleição, o PSD apresentou a sua declaração de voto que referiu: -----

Não sendo claro o modelo a seguir na designação dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ a Bancada do PSD propõe que seja analisado na comissão permanente, o modelo seguido para a eleição dos representantes na CIMT ou seja uma eleição por listas e com aplicação do método de Hondt. -----

Finalmente foi também uma ilegalidade uma vez que se procedeu a uma votação não prevista na ordem de trabalhos o que contraria a lei. -----

Estamos, portanto, a deliberar sobre um recurso relativo a uma reclamação sobre uma ilegalidade, uma irregularidade regimental e um erro democrático que feriu o princípio da representação proporcional. Peço que ponham de parte as sensibilidades partidárias e corrijam o erro aprovando este recurso.” -----

Tomou a palavra **Mário Balsa** para referir: “Nós vivemos em democracia, há coisas que a democracia impõe para bem da sua própria sobrevivência, que é o facto de as coisas serem votadas e a decisão em democracia é pelo voto e quem perde a votação, o que tem de fazer é em consonância com aquilo que é a democracia condizer com a honra e resignar-se, já fomos a votos muitas vezes, umas perdemos, outras ganhamos, mas as coisas foram claras. -----

Não posso aceitar, em momento algum que o nome dos vinte e um membros desta assembleia que votaram naquele dia, seja posto em causa como sendo uma ilegalidade. -

Mais uma vez assistimos nesta assembleia a uma falta de capacidade de conviver com a democracia que é assustadora. -----

Esta assembleia pronunciou-se pelo voto que é a forma de designação de uma assembleia, fê-lo em consciência e agora somos acusados de ilegalidade? -----

Não posso aceitar que me acusem de cometer ilegalidades quando não o faço, quando estou plenamente de consciência tranquila e pedi a palavra apenas por isto, porque temos que ter a capacidade e a humildade de aceitar as derrotas. -----

Senhor deputado, tenha vergonha nesta casa.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “Estes Conselhos têm, como objetivos dar pareceres que são ou não aceites, mas isso enriquece o debate e havia a tal tradição de cada força política escolher os seus representantes, essa representação, por aquilo que me apercebi, porque não estive presente nessa sessão, foi posta em causa pelo PSD, que propôs o método Hondt para a eleição destes elementos. -----

Também concordo que não há aqui uma questão de ilegalidade. A lei é omissa em relação ao método que é utilizado para votação destes órgãos. -----

Entendo que aquilo que existia anteriormente era mais adequado porque envolve mais forças políticas e acho que está mal o PSD não estar representado, mas o PSD também fez tudo para estar nesta posição e deve servir de emenda ao PSD a forma como atuou nessa sessão da assembleia municipal, deve ter em conta essa situação.” -----

Continuou **Susana Cruz**: “Gostaria de responder à intervenção do senhor deputado Mário Balsa e também ao senhor deputado António Ferreira. -----

O que está aqui em causa é efetivamente o que estava no ponto da ordem dos trabalhos e diz o número um do artigo 50º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia de sessão, se reportarmos à convocatória e aos pontos da ordem do dia, o que dizia expressamente era *designação dos representantes da assembleia municipal na CPCJ* e não querendo estar a repetir, é importante esclarecer que existe de uma vez por todas, não se trata de teimosia, trata-se de uma legalidade sim, que existe uma distinção clara entre designação e eleição, não é o mesmo. -----

Na reclamação, a decisão da reclamação a argumentação é que não podia ser a solução, outra coisa a lei não estabelece outra forma de designação. -----

Tendo em conta ainda que a forma como os órgãos colegiais se manifestam, decidem, escolhem, designam é por votação tomada à pluralidade dos membros, vulgo eleição. -----

A lei estabelece uma distinção entre eleição e designação. -----

Eleição é o ato de eleger votando. -----

A designação, consiste na nomeação, na indicação, por analogia se tivermos em consideração a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, a Lei Orgânica nº 1/2001, de 14 de agosto, que tem no título Mesas de Assembleias de Voto, o artigo 73º faz referência à função e composição. O artigo 74º tem como epígrafe designação e diz: *Os membros das assembleias de voto são escolhidos por acordo diante dos representantes das candidaturas, ou, na falta de acordo, por sorteio.* -----

Portanto, a forma de designação dos representantes da CPCJ não foi aqui devidamente qualificada, ainda assim, certamente o que estava equacionado e o que esta assembleia não poderia ter deliberado era a votação porque não fazia parte do ponto ordem, se esta assembleia entendesse que seria pertinente fazer essa alteração ao ponto da ordem dos trabalhos, teria que ser deliberado, o que não o foi.” -----

Referiu **Ricardo Antunes**: “Mais uma vez fico perplexo porque já esgrimimos aqui todos estes argumentos. -----

Vi aqui citar uma série de pareceres, muitos deles não tem com designações deste tipo. -----

A forma dos órgãos colegiais se manifestarem sobre qualquer assunto é a votação.” -----

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o recurso apresentado pelo PSD. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

O ponto número dez “**Deliberação sobre o recurso apresentado pela bancada do PSD relativamente à designação dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**” foi rejeitado por maioria com dezasseis votos contra, sendo dez votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária e seis votos a favor do Partido Social Democrata. -----

Seguidamente o Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

Mais uma vez o PSD recorda que esta é a casa da democracia e há que respeitar a vontade do povo. -----

Não se compreende que a pessoa indicada pelo segundo partido mais votado, não seja designada para a CPCJ, enquanto que uma pessoa designada por partidos, que só tem um deputado, é designada. -----

A trapalhada de se indicar/votar em quatro nomes no mesmo boletim de voto, coisa que nunca se viu, foi a maneira encontrada para esta nova geringonça, made in Entroncamento, que conseguiu ir ainda mais longe do que a da Assembleia da República, levando também a reboque, um CDS que se apresenta agarrado ao Partido Socialista, num naufrago agarrado a uma boia de salvação para ter um lugarzinho aqui ou ali.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Isto não é a forma de nos ligar entre nós, só vem dificultar o trabalho que nós temos aqui em prol da população, a representar os nossos eleitores. -----

Apelo a alguma contenção na linguagem neste aspeto.” -----

Referiu **Rosa Teixeira**: “Só queria deixar claro que o CDS está aqui para fazer política pela positiva e não está aqui apenas, para empatar e discutir assuntos que não são assunto.” -----

PONTO NÚMERO ONZE -----

REFLEXÃO/DISCUSSÃO SOBRE A REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO TEJO: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AMBIENTAIS -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “É uma questão muito importante, é atual, não nova, é uma questão velha, mas penso que, uma vez que não nos chegou nenhum documento para discussão, não poderemos decidir o que quer que seja. -----

Atendendo a que eu penso que é um assunto que merece uma reflexão prévia, sugiro que esta questão, que não é uma questão de debate partidário, é uma questão que nos une a todos, pelo que, sugiro à assembleia que este tema que é pertinente, seja tratado numa futura sessão, eventualmente com uma proposta que seja consensual e que nos una a todos nestas que são as nossas preocupações, em defesa do Tejo, do meio ambiente e em defesa da nossa qualidade de vida. -----

Por isso, proponho à assembleia e atendendo a que a hora já vai tarde, este assunto seja analisado numa próxima sessão, com outro impacto, com outra força, para podermos tomar uma decisão conjunta.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “De facto, este ponto necessita de alguma reflexão e debate. -----

Não tenho problema em debate-lo neste momento, mas é a ironia, nós tínhamos um assunto que era importantíssimo para o Entroncamento que era a ferrovia e que foi

retirado a CDU deu o seu contributo, fez chegar é evidente que fizemos chegar quase em cima. -----

Este ponto, que não houve tempo para o desenvolver, eu estou em condições para o discutir, não tenho dúvidas em relação a isso, mas se as outras bancadas não tiverem condições de discutir o ponto, retira-se o documento, mas fica assente que na próxima sessão vamos discuti-lo.” -----

Interveio **Fátima Roldão**: “Da parte da bancada do Bloco de Esquerda, também concordamos que seja adiado para outra sessão, também já estávamos a ponderar essa questão, porque o assunto merece uma análise mais aprofundada e face ao adiantado da hora não nos parece oportuno.” -----

Continuou **Manuel Martins**: “Este ponto foi proposto pelo PSD. -----

Em reunião da Comissão Permanente, alertei que a introdução deste ponto impediria uma eventual apresentação de uma moção que alguém quisesse trazer para ser discutida e votada no PAOD, efetivamente impediu que isso acontecesse. -----

Sempre esperei que da parte do PSD, uma vez que propôs esta reflexão/discussão, trouxesse algum documento que servisse de base a este ponto, ao que parece, tal não aconteceu. -----

A solução seria encontrar aqui uma moção conjunta, ou cada um trazer ideias para uma eventual moção ou recomendação e não ser discutido como ponto da ordem dos trabalhos, é uma sugestão.” -----

Prosseguiu **António Mascarenhas**: “O PSD pode apresentar um documento e pode fazer isso agora e dar a nossa opinião.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “O assunto merece discussão, sugiro que em reunião da comissão permanente sejam recolhidas propostas para, em próxima sessão, consensualizarmos para aprovação. -----

Proponho que este ponto seja retirado para ser incluído na próxima sessão da assembleia municipal. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE -----

O ponto número onze: “**Reflexão/discussão sobre a Região Hidrográfica do Rio Tejo: Objetivos Estratégicos e Ambientais**”, foi retirado por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO DOZE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **Carlos Silva**: “Sobre o documento que o senhor Presidente da Câmara nos enviou, não sei se é possível aquilo que vou pedir ao senhor Presidente da Câmara, se não há possibilidade de ser um documento mais conciso, mais sintético, neste caso foram 53 páginas. -----

Por exemplo, naquela parte das empreitadas, se calhar só a primeira parte, os valores dos trabalhos, o prazo de execução, o visto do Tribunal de Contas, se não é possível ficar por aí. -----

Sinceramente não sei se isso tem que constar ou não da informação do Presidente, não tendo, poderíamos simplificar porque a parte que interessa é a parte inicial. -----

Outra coisa que gostaria de comentar e para comentar esses itens, gostaria de começar pelo fim, que diz: *informei V. Ex^a das atividades mais significativas e de justificado relevo*. Página 52. -----

Quando estamos a ler o documento, por exemplo, na parte das oficinas e viaturas, aparece: -----

Reparação e manutenção de contentores, é assim tão importante o relevo? -----
Recolha diária dos resíduos sólidos urbanos, supostamente isso é uma coisa que todos os dias as câmaras fazem. -----

Reparação de diversos equipamentos e máquinas dos serviços de jardins. -----
Limpeza e lavagem dos abrigos dos autocarros. -----
Execução de uma porta para o quadro elétrico do Parque Radical. -----
São coisas tão minudências que se poderia evitar de colocar aqui. Por exemplo:
Eliminação do folgadoiro e reparação da avaria elétrica do autocarro, não sei
quê. -----

Substituição da chapa de matrícula da Citroen Berlingo, isto é importante, é de justificado relevo? -----

Limpeza do filtro de ar e verificação de níveis, nem é substituição do filtro de ar, é só limpeza do filtro de ar, é relevante? É significativo? É importante? -----

Manutenção da calçada nos passeios. -----

Pintura de bancos nos jardins. -----

Tapar buracos. -----

Será que isto é assim tão importante como o senhor Presidente da Câmara diz!

Gostaria de terminar esta parte provavelmente com a atividade mais importante que houve neste período, que está na página 14, oficinas e viaturas, que diz em baixo: *Substituição dos mijas e do punho das mudanças da Peugeot 206. -----*

Para terminar, no Serviço Municipal de Proteção Civil, na página 17, diz assim: No dia 15, pela 15:40 horas, foi solicitado apoio para remoção da carga caída de uma viatura pesada de mercadorias, realmente é uma coisa relevante para a Proteção Civil. –

No dia 17 de fevereiro, aplicou-se pó absorvente por derrame de óleo motivado por despiste de viatura ligeira. -----

Acho que se podia resumir isto tudo e dizer que foram feitos os trabalhos inerentes ao dia a dia da autarquia, não tem que constar exaustivamente num documento destes.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “Podia simplesmente deixar de documentar estes comentários, isso é o que devia fazer porque sou bem-educado, mas de facto, só faço um comentário, o senhor deputado Carlos Silva leu o documento. -----

Relativamente ao documento que apresentamos, procuramos espelhar aquilo que é informação relevante e é interessante ver, que as questões levantadas a este executivo, são questões como aquelas que ouvimos aqui há pouco e que não vou comentar mais, o que quer dizer que nós estamos a trabalhar no bom caminho, estamos a trabalhar para os cidadãos da nossa cidade. -----

Queria saudar dentro das intervenções, durante o período da última sessão da assembleia, mais uma vez aconteceram na nossa cidade um conjunto de iniciativas de natureza cultural, social, natureza de cidadania, queria saudar o senhor Mário Rodrigues pela intervenção que aqui fez e que também fez numa sessão que fizemos para discutir o Tejo, intitulámos o Tejo Com Vida. O senhor Mário Rodrigues foi um dos oradores que muito enriqueceu aquela sessão. -----

Também quanto às questões que aqui levantou, nos estamos a trabalhar relativamente à sinalética, melhoramos a sinalética comercial e estamos atentos. -----

Vou fazer uma afirmação que gostava que entendessem na devida medida, porque é um dossier extremamente complexo, que é um assunto que se arrasta há muitos anos e não é resolvido. -----

Penso que durante este ano teremos condições, se as coisas correrem como estão a decorrer, para anunciar uma possível solução sobretudo para o Bairro Camões, isso para nós era muito importante. -----

Também gostava de salientar que ontem esteve presente a senhora Secretária de Estado Adjunta da Modernização Administrativa, para inaugurar dois espaços do cidadão, que é uma iniciativa conjunta da Administração Central, do município e das Juntas de Freguesia. O Entroncamento possui agora dois espaços do cidadão, um na freguesia de São João Baptista e outro na freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

São duas infraestruturas que permitem uma proximidade do cidadão e o aprofundamento da democracia. -----

Queria partilhar convosco aquilo que é o nosso trabalho em prol da recuperação do ensino superior para o nosso município, já temos previsto o início de dois cursos do ensino superior curto. -----

Estes cursos irão funcionar no campo da Gustave Eiffel e estamos a trabalhar, para que no próximo ano letivo de 2019/2020, a existência de um polo do ensino superior possa ser uma realidade, que são Proteção Civil e Socorro, Comunicação e Marketing e Transportes e Logística, e se iniciem licenciatura nesta área, ainda na área da Mecatrónica e eventualmente numa área de Eletrónica e Automatismo, licenciaturas e mestrados. ----

Esta é uma oferta que vai ser pós-laboral, para de alguma forma irmos de encontro àquilo que são as necessidades formativas que são identificadas pelo Governo e que são sentidas como necessidades da nossa cidade. -----

Na última assembleia fiz aqui um repto, e já havia senhoras e senhores deputados que não via nas nossas iniciativas culturais, a nossa maior satisfação é que as sessões sejam participadas e isso tem acontecido. -----

Queria também convidar os membros da assembleia municipal e o público presente, para dia nove de março, vamos iniciar o novo programa, que foi anunciado durante a nossa campanha eleitoral, que intitulamos “A sua opinião conta”, na Escola das Tílias, às 21 horas, podermos discutir em conjunto a solução que temos para, não só aquele espaço escola, como para aquela praça que irá ser uma praça como nós temos vindo a prometer que diferenciara a freguesia de Nossa Senhora de Fátima e vai tornar o senhor Presidente da Junta, que já é vaidoso da sua Junta, ainda mais vaidoso. -----

Hoje, dia 28 de fevereiro, nós temos comprometido 67% do investimento previsto para o ano de 2018, se está a ser com muita velocidade ou não, é aquilo que temos conseguido sobretudo em captação de recursos financeiros, porque também podem ver no relatório, que continuamos a diminuir a dívida e o prazo médio de pagamento a fornecedores, que já é inferior a 50 dias e vai continuar a diminuir em benefício da economia local e das boas contas que nós queremos que a nossa câmara seja identificada como tal. -----

Quanto à RESITEJO, o senhor deputado António Ferreira tem que ler os documentos, em lado nenhum dos estatutos que pode haver a entrada de privados, leu o contrário. -----

Os números 1 e 2 do artigo 8º diz o seguinte: “Qualquer alíneação de ações só é permitida a entidades públicas”. -----

As ações apenas podem ser transmitidas a entidades públicas e 51% em entidades públicas municipais. -----

Em resumo, era isto que tinha para transmitir à Assembleia Municipal”. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e dez minutos do dia um de março de 2018.

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: